



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Município de Guaratuba - Paraná

PROVA DE CONHECIMENTO – CONSELHO TUTELAR

Guaratuba, 07 de julho de 2019

NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO CANDIDATO:

Conforme EDITAL Nº. 002/2019, disponibilizado no Diário Oficial do Município de Guaratuba, Edição n. 591, de 10/05/2019:

A prova de Conhecimento terá início às 14:00, com duração de quatro horas, incluindo o preenchimento do Cartão Resposta.

O portão de acesso será aberto às 13:30 horas e fechado impreterivelmente às 13:50 horas.

O candidato deverá comparecer no dia e local designado para a realização da Prova, obrigatoriamente munido de caneta esferográfica com tinta preta ou azul, tubo transparente, bem como documento oficial de identificação com foto e comprovante de Inscrição

A prova será composta por quarenta (40) questões objetivas, sendo atribuído o valor de 0,25 à cada questão.

A prova terá caráter eliminatório e considerar-se-á apto o candidato que atingir a nota mínima de 6,0 pontos, obtida pela soma das questões.

Para o fim de garantir a lisura na correção, as provas serão identificadas apenas pelo número de inscrição do candidato.

Os candidatos que não obtiverem a nota mínima, não terão suas candidaturas homologadas para etapa seguinte.

As respostas às questões da prova de conhecimento, lançadas no cartão-resposta que apresentem mais de uma alternativa assinalada, que contenham emendas, rasuras ou que não assinaladas, serão consideradas erradas.

O candidato é o responsável pelo correto preenchimento do cartão-resposta e pela sua conservação e integridade, pois em nenhuma hipótese haverá a substituição do cartão, salvo em caso de defeito de impressão.

O gabarito provisório e as questões da prova serão divulgados no dia 08/07/2019, no site do Município e afixados na Secretaria Executiva dos Conselhos, localizada na Avenida 29 de Abril, nº. 802, Centro, Guaratuba/PR.

O candidato poderá interpor recurso do gabarito provisório, apresentando na Secretaria dos Conselhos requerimento próprio e fundamentado, nos dias 09/07/2019 e 10/07/2019

A resposta dos recursos serão disponibilizadas na Secretaria dos Conselhos no dia 15/07/2019.

Se houver recurso julgado procedente, novo gabarito será emitido. Caso a questão seja anulada, todos os candidatos receberão a pontuação respectiva.

A relação com os nomes dos candidatos aptos a participarem da eleição será divulgada até o dia 19/07/2019, quando serão convocados para a reunião de entrega do Regulamento da Eleição, com data, local e horário a ser divulgado.

O candidato somente poderá se retirar da sala 1 (uma) hora após o início da prova, devendo, antes de se retirar, entregar aos fiscais de sala, o caderno de provas e o cartão-resposta.

O candidato poderá levar o caderno de questões da prova após as 17:00 horas.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala para fechamento do envelope contendo os cartões respostas.

O não comparecimento do candidato à prova, acarretará sua eliminação do Processo de Escolha.

OBS. Antes de iniciar, confira o caderno de prova, que deverá conter 40 (quarenta) questões, cada uma trazendo 04 (quatro) alternativas de resposta (A, B, C e D). Não esqueça de anotar o seu número de inscrição, tanto no caderno, quanto no cartão-resposta.



PROVA DE CONHECIMENTOS

Questão 1: Conforme Angela C. L. Mendonça, ao discorrer sobre “Política de Atendimento estabelecida no ECA”, a participação da população na formulação e fiscalização das políticas sociais, está prevista e garantida tanto na Constituição Federal de 1988, quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), abrindo espaço para a “implantação de conselhos gestores de políticas públicas, o que no caso da criança e do adolescente corresponde aos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, os quais devem organizar-se nos níveis municipal, estadual e federal, garantindo a articulação de políticas em todos os níveis, conforme estabelece artigo 86 do ECA”. Segundo o ECA, no que se refere aos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, é verdadeiro afirmar:

- A. são órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas.
- B. a função de membro do conselho nacional e dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente é considerada de interesse público relevante e será remunerada.
- C. o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente reavaliará os programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes em execução no município, no máximo, a cada 03 (três) anos, não havendo critérios para renovação da autorização de funcionamento.
- D. todas as alternativas anteriores são verdadeiras.

Questão 2: Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para renovação da autorização de funcionamento dos programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes em execução no município, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá seguir os critérios dispostos em seu Art. 90, § 3º, entre eles a qualidade e eficiência do trabalho desenvolvido pelos programas. Quanto a este critério, é correto afirmar que

- A. é atestado pelo próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- B. é atestado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Ministério Público e a Justiça da Infância e da Juventude.
- C. é atestado pelo Conselho Tutelar, o Ministério Público e a Justiça da Infância e da Juventude.
- D. nenhuma das alternativas anteriores estão corretas.

Questão 3: O Art. 88. do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece as diretrizes da política de

atendimento a crianças e adolescentes. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que não corresponde a uma destas diretrizes:

- A. realização e divulgação de pesquisas sobre desenvolvimento infantil e sobre prevenção da violência.
- B. criação e manutenção de programas específicos, observada a centralização político-administrativa.
- C. manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.
- D. integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local.

Questão 4: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê, em seu Art. 92, nove princípios que devem ser adotados pelas entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional. Avalie as alternativas abaixo e assinale as que contém corretamente estes princípios:

- I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
- II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
- III - atendimento personalizado e em grandes grupos;
- IV - desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;
- V - não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI - facilitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII - participação na vida da comunidade local;
- VIII - preparação gradativa para o acolhimento;
- IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Agora, assinale a resposta correta:

- A. as alternativas I, II, III, IV, V, VII e IX estão corretas.
- B. as alternativas I, II, III, IV, V, VIII e IX estão corretas.
- C. as alternativas I, II, III, V, VIII e IX estão corretas
- D. as alternativas I, II, IV, V, VII e IX estão corretas

Questão 5: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 18-B, prevê diferentes medidas que podem ser aplicadas pelo Conselho Tutelar. Considerando estas medidas, assinale dentre as alternativas abaixo a que contém resposta incorreta:

- A. advertir os integrantes da família ampliada que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto.
- B. encaminhar para tratamento psicológico ou psiquiátrico qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto.
- C. encaminhar a cursos ou programas de orientação os agentes públicos executores de medidas socioeducativas que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto.
- D. todas as alternativas anteriores estão incorretas.

Questão 6: Estabelece o artigo 84 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que é dispensada a autorização judicial para a criança ou adolescente viajar ao exterior, quando acompanhado de ambos os pais (ou responsável) ou na companhia de apenas um deles, desde que autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida. No caso de viagens dentro do território nacional, é correto afirmar que:

- A. não é necessária autorização judicial para que adolescentes viagem desacompanhados para comarca incluída na mesma região metropolitana em que residem.
- B. somente com autorização judicial a criança poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhada dos pais ou dos responsáveis.
- C. a autorização judicial não será exigida quando a criança estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até o quarto grau, comprovado documentalmente o parentesco.
- D. a autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por 7 (sete) anos.

Questão 7: Segundo o artigo 100 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na aplicação das medidas de proteção à criança e ao adolescente, deve-se levar em conta as necessidades pedagógicas e ter por preferência aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Todavia, para se aplicar estas medidas deve-se ainda respeitar outros princípios, como a condição da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos. Tendo ainda em análise o disposto no artigo 100 do Estatuto, analise as alternativas abaixo:

- I. a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta

expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento, não sendo permitida a execução de programas por entidades não governamentais.

- II. a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada.
- III. a criança e o adolescente, bem como os seus pais ou responsável, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção.
- IV. a criança e o adolescente, respeitados seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, bem como seus pais ou responsável, precisam ser informados dos motivos que determinaram a intervenção judicial, mas não da forma como esta se processa.
- V. a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida nesta Lei deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares.
- VI. a intervenção das autoridades competentes não deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida, a fim de se evitar ofensa aos direitos de que crianças e adolescentes são titulares.

Agora, assinale a resposta correta:

- A. as alternativas I, III, IV, V e VI estão corretas.
- B. as alternativas II, III e V estão corretas
- C. as alternativas I, II, IV, V e VI estão corretas
- D. todas as alternativas estão corretas.

Questão 8: Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas em qual artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?

- A. artigo 112
- B. artigo 126
- C. artigo 101
- D. nenhuma das alternativas anteriores, pois o ECA prevê a aplicação de medidas apenas ao adolescente autor de ato infracional.

Questão 9: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê diferentes medidas que podem ser aplicadas quando os direitos de crianças ou adolescentes forem ameaçados ou violados. Considerando essas medidas e as autoridades que conforme o ECA podem aplicá-las, analise as alternativas abaixo:

- I. Verificada situação de perigo, o Conselho Tutelar poderá aplicar a medida de inclusão em serviços e programas



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Município de Guaratuba - Paraná

- oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente.
- II. Verificada situação de perigo, o Ministério Público poderá aplicar a medida de acolhimento institucional.
- III. Verificada situação de perigo, o Conselho Tutelar poderá aplicar a medida de orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- IV. Verificada situação de perigo, o Conselho Tutelar poderá aplicar a medida de inclusão em programa de acolhimento familiar.
- V. Verificada situação de perigo, poderá a autoridade judiciária aplicar a medida de colocação em família substituta.
- VI. Verificada situação de perigo, o Ministério Público poderá aplicar a medida de encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade.

Agora, assinale a alternativa que contenha a resposta correta:

- A. dentre as alternativas acima, apenas a I, III e V estão corretas.
- B. dentre as alternativas acima, apenas a II, III e VI estão corretas.
- C. dentre as alternativas acima, apenas a I, II, III, V e VI estão corretas.
- D. todas as alternativas acima estão corretas.

Questão 10: O artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente elenca várias atribuições do Conselho Tutelar. Considerando o disposto no referido artigo, analise as alternativas abaixo:

- I – cabe ao Conselho Tutelar atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105.
- II – o Conselho Tutelar é responsável por atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII.
- III – constitui atribuição do Conselho Tutelar promover a execução de suas decisões, podendo para tanto requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- IV – cabe ao Conselho Tutelar encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- V – é atribuição do Conselho Tutelar encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.
- VI – cabe ao Conselho Tutelar providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional.

Agora, assinale a resposta correta:

- A. dentre as alternativas acima, apenas a I, II, V e VI estão corretas.

- B. dentre as alternativas acima, apenas a II, III, IV e VI estão corretas.
- C. dentre as alternativas acima, apenas a I, III, V e VI estão corretas.
- D. todas as alternativas acima estão corretas.

Questão 11: Estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Dentre as garantias de prioridade compreendidas, assinale abaixo a alternativa incorreta:

- A. primazia de receber proteção e socorro apenas em circunstâncias de urgência.
- B. precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- C. preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- D. destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Questão 12: O artigo 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece determinadas obrigações aos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares. Considerando estas obrigações, assinale abaixo a alternativa incorreta:

- A. manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 5 (cinco) anos.
- B. identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente.
- C. fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
- D. manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

Questão 13: O artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente faz referência aos encaminhamentos dos casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente e, em seu § 2º, este mesmo artigo refere-se ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). Quanto a este serviço, é correto afirmar:

- A. é um serviço de proteção social básica



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Município de Guaratuba - Paraná

- B. é um serviço de proteção social especial de média complexidade
- C. é um serviço de proteção social especial de alta complexidade
- D. nenhuma das alternativas anteriores estão corretas

Questão 14: Dispõe o artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar determinadas situações. Considerando este artigo, assinale a alternativa correta.

- A. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar apenas os casos em que se confirme maus-tratos envolvendo seus alunos.
- B. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- C. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental não precisam comunicar ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.
- D. Todas as alternativas anteriores estão corretas.

Questão 15: O artigo 81 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a proibição da venda de determinados produtos à criança ou ao adolescente. Considerando estas proibições, analise as afirmativas abaixo:

- I – é proibida a venda de armas, munições e explosivos à criança ou ao adolescente.
- II - é proibida a venda de bebidas alcoólicas à criança ou ao adolescente, salvo quando autorizadas pelos pais ou responsáveis.
- III - é proibida a venda à criança ou ao adolescente, de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida.
- IV - é proibida a venda de qualquer tipo de fogos de estampido e de artifício à criança ou ao adolescente.
- V - é proibida a venda de revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado à criança ou ao adolescente, como as que contem mensagens pornográficas ou obscenas.
- VI - é proibida a venda de bilhetes lotéricos e equivalentes à criança ou ao adolescente de até 16 anos.

Agora, assinale a resposta correta:

- A. dentre as alternativas acima, apenas a II, IV e VI estão incorretas.
- B. dentre as alternativas acima, apenas a I, II, IV e VI estão incorretas.
- C. dentre as alternativas acima, apenas a II, III, V e VI estão incorretas.

- D. dentre as alternativas acima, todas estão incorretas.

Questão 16: O artigo 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente refere-se ao registro das entidades não-governamentais junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Considerando o disposto no referido artigo, assinale abaixo a alternativa incorreta:

- A. Será negado o registro à entidade que não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança.
- B. As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- C. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunicará o registro da entidade ao Ministério Público da respectiva localidade.
- D. Será negado o registro à entidade que tenha em seus quadros pessoas inidôneas.

Questão 17: O artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente refere-se ao processo eleitoral para a escolha dos membros do Conselho Tutelar. Considerando o disposto no referido artigo, assinale abaixo a alternativa incorreta:

- A. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.
- B. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição municipal.
- C. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- D. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Questão 18: O Título VI do Estatuto da Criança e do Adolescente refere-se ao acesso à Justiça. Considerando o tema e o disposto no Estatuto, assinale a alternativa incorreta:

- A. É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.
- B. As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.

- C. A assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, através de defensor público ou advogado nomeado.
- D. Qualquer notícia a respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional, não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco e residência, podendo apenas apresentar as iniciais do nome e sobrenome.

Questão 19: O Título VII do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trata dos Crimes e Das Infrações Administrativas. No que se refere aos crimes praticados contra a criança e o adolescente, analise as alternativas abaixo e assinale a incorreta:

- A. Deixar o encarregado de serviço ou o dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas, na forma e prazo referidos no art. 10 do ECA, não é crime passível de pena.
- B. O médico que deixar de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, poderá sofrer a pena de detenção de seis meses a dois anos.
- C. A autoridade policial não pode privar o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão, sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistir ordem escrita da autoridade judiciária competente.
- D. É crime passível de pena de detenção submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento.

Questão 20: Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é incorreto afirmar que:

- A. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre onze e dezoito anos de idade.
- B. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- C. A criança e o adolescente gozam todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei.
- D. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

Questão 21: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” Considerando o disposto no ECA, mais especificamente quando trata das linhas de ação desta política, analise as alternativas abaixo:

- I. políticas sociais básicas;
- II. serviço de acolhimento institucional provisório, com permanência mínima de dois anos na instituição;
- III. serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV. serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos.
- V. campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos

Agora, marque a alternativa que dispõe corretamente sobre as linhas de ação da política de atendimento estabelecidas no Estatuto:

- A. estão corretas apenas as afirmativas I, II, III e IV;
- B. estão corretas apenas as afirmativas I, III, IV e V;
- C. estão corretas apenas as afirmativas II, III e IV e V;
- D. todas as alternativas estão corretas.

Questão 22: Em artigo publicado sob o título “**Conselho tutelar: funções, características e estrutura do órgão de efetivação dos direitos da criança**”, Clodomiro Wagner Martins Laureano trata sobre o Direito da Criança e do Adolescente, especificamente sobre o Conselho Tutelar como um órgão que busca o equilíbrio quanto à representação de efetividade dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Conforme o autor, com o intuito de cumprir as diretrizes estabelecidas no artigo 227 da Constituição Brasileira de 1988, foi criado o Conselho Tutelar, enquanto órgão permanente e autônomo, não jurisdicional. Diante destas características, assinale a alternativa incorreta:

- A. Ser um órgão permanente significa que o Conselho Tutelar possui um caráter institucional, ou seja, uma vez criado e instalado, passa a ser, em caráter definitivo, uma das instituições integrantes do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente, não mais devendo haver solução de continuidade em sua atuação, mas apenas a renovação periódica de seus membros.
- B. Ser autônomo, significa independência funcional, que por sua vez se constitui numa prerrogativa do Órgão, enquanto colegiado, imprescindível ao exercício de suas atribuições. Vale observar, no entanto, que a autonomia que detém o Conselho Tutelar para o exercício de suas atribuições não o torna imune à

fiscalização de outros integrantes do Sistema de Garantias.

C. Quanto a ser um órgão não jurisdicional, significa dizer que as funções exercidas são de natureza executiva, sem a atribuição (que é exclusiva do Poder Judiciário) de compor as lides (conflitos de interesses).

D. Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

Questão 23: Sobre as medidas de proteção dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a alternativa incorreta:

A. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis somente quando houver violação aos direitos da criança e do adolescente por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.

B. As medidas de proteção poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.

C. Um princípio, dentre outros, que rege a aplicação das medidas protetivas é o da proteção integral e prioritária: a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida no Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares.

D. São medidas de proteção, entre outras, a requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial, o encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade, a orientação, apoio e acompanhamento temporários e a matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.

Questão 24: A partir da Resolução Nº 113, de 19/04/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, analise as seguintes alternativas:

I - O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente articular-se-á com todos os sistemas nacionais de operacionalização de políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde, educação, assistência social, trabalho, segurança pública, planejamento, orçamentária, relações exteriores e promoção da igualdade e valorização da diversidade.

II - O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

III - O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente fomentará a integração do princípio do interesse superior da criança e do adolescente nos

processos de elaboração e execução de atos legislativos, políticas, programas e ações públicas, bem como nas decisões judiciais e administrativas que afetem apenas os cidadãos em situação de vulnerabilidade social.

IV - O Sistema procurará enfrentar os atuais níveis de desigualdades e iniquidades, que se manifestam nas discriminações, explorações e violências, baseadas em razões de classe social, gênero, raça/etnia, orientação sexual, deficiência e localidade geográfica, que dificultam significativamente a realização plena dos direitos humanos de crianças e adolescentes, consagrados nos instrumentos normativos nacionais e internacionais, próprios.

Tendo por base as afirmações acima e as normativas sobre o tema, assinale a alternativa correta:

A. Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

B. Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.

C. Somente as afirmativas II e IV estão corretas.

D. Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.

Questão 25: De acordo com o parágrafo único do artigo 25, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entende-se por família extensa ou ampliada:

A. Aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

B. Aquela que contenha os avós paternos e maternos.

C. Aquela formada pelo pai ou mãe e seus descendentes.

D. Aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive, independentemente da manutenção de vínculos de afinidade e afetividade.

Questão 26: Quanto as medidas de perda da guarda, destituição da tutela e suspensão ou destituição do poder familiar, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

A. São medidas aplicadas pelo Conselho Tutelar apenas em casos emergenciais, quando verificada violação de direitos das crianças e adolescentes.

B. São medidas aplicáveis exclusivamente pelo Juiz da Infância e da Juventude, por se tratarem de atos públicos que modificam ou criam situações jurídicas no âmbito da família.

C. Pode o Conselho Tutelar apenas substituir a guarda de crianças e adolescente, mas não conferir a destituição da tutela e suspensão ou destituição do poder familiar.

D. São medidas excepcionais, sendo o conselho tutelar responsável por deferir a guarda provisória, até que o Juiz da Infância e Juventude defira a guarda definitiva.



Questão 27: O artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) discorre sobre os princípios que devem ser adotados pelas entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional. Tendo por base estes princípios, assinale a alternativa incorreta:

- A. Deve-se preservar os vínculos familiares e buscar a promover a reintegração familiar.
- B. Deve-se evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.
- C. Sempre que possível, deve-se desmembrar de grupos de irmãos.
- D. Deve-se buscar a participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Questão 28: A seção VI do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trata da Apuração de Irregularidades em Entidade de Atendimento. Considerando o disposto no Estatuto, analise as informações abaixo:

- I. Art. 191. O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos.
- II. Art. 192. O dirigente da entidade será citado para, no prazo de trinta dias, oferecer resposta escrita, não sendo necessário juntar documentos e indicar as provas a produzir.
- III. Art. 193. Apresentada ou não a resposta, e sendo necessário, a autoridade judiciária designará audiência de instrução e julgamento, intimando as partes.

Agora, assinale a alternativa que contenha a resposta correta:

- A. Apenas as alternativas I e II estão corretas;
- B. Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- C. Apenas as alternativas I e III estão corretas.
- D. Todas as alternativas estão corretas.

Questão 29: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura a crianças e adolescentes o direito à Informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos. Sobre este tema, analise as afirmativas abaixo, assinalando os conteúdos como verdadeiros ou falsos:

- () Os responsáveis pelas diversões e espetáculos públicos deverão afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza do espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação.
- () As crianças menores de 14 (quatorze) anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável.
- () As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

() Os responsáveis por estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca ou congênere ou por casas de jogos, assim entendidas as que realizem apostas cuidarão para que não seja permitida a entrada e a permanência de crianças e adolescentes no local, afixando aviso para orientação do público, exceto quando os eventos ocorrerem eventualmente.

Agora, assinale a alternativa que contenha a sequência correta:

- A. V-V-F-F
- B. F-V-F-V
- C. V-F-V-F
- D. V-F-V-V

Questão 30: O artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre as atribuições do Conselho Tutelar. Considerando o disposto neste artigo, analise as afirmativas abaixo:

- I - promover a execução de suas decisões, não podendo para tanto expedir notificações;
- II - representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;
- III - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- IV - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

Após análise das afirmações acima, assinale a alternativa que contenha a resposta correta:

- A. Apenas as afirmativas I, II e IV são verdadeiras
- B. Apenas as afirmativas II, III e IV são verdadeiras
- C. Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras
- D. Todas as afirmativas são verdadeiras

Questão 31: Marque abaixo, a alternativa que completa corretamente este enunciado: Conforme o artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados _____:

- A. ao Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), que é o órgão responsável pelo encaminhamento da demanda.
- B. a Polícia Civil, para realização de Boletim de Ocorrência.
- C. ao conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras providências legais.
- D. ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Questão 32: Tomando por base os princípios da Doutrina da Proteção Integral constantes no ECA, é incorreto afirmar:

- A. É considerada a base norteadora das políticas voltadas a crianças e adolescentes.
- B. Refere-se ao direito que crianças e adolescentes têm de desenvolverem-se protegidos de toda a forma de violência.
- C. É responsabilidade tão somente da sociedade assegurar, à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização.
- D. A criança e adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana...em condições de liberdade e de dignidade. (Art. 3º)

Questão 33: O artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre o direito à liberdade, compreendendo este direito diferentes aspectos. Tendo por base estes aspectos, dentre as alternativas abaixo assinale a incorreta:

- A. Pensar e expressar suas opiniões e liberdade de crença e culto religioso.
- B. Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários sem ressalvas.
- C. Participação da vida política, na forma da lei.
- D. À liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Questão 34: Considerando os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente que visam garantir o direito a convivência familiar e comunitária (respectivamente, artigos 19 e 19A), podemos identificar como correta a seguinte afirmação:

- A. A permanência da criança ou adolescente em programa de acolhimento institucional pode tornar-se longa mas precisa que a necessidade não se prolongará por mais de 24 (vinte e quatro meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pelo Conselheiro Tutelar.
- B. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, principalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.
- C. Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.
- D. A lei permite que a gestante ou mãe entregue seu filho para adoção e, na hipótese de não haver a indicação do genitor, mas existindo outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e determinar a

colocação da criança sob a guarda permanente de quem estiver habilitado a adotá-la.

Questão 35: Conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nos artigos que tratam sobre a educação, crianças e adolescentes têm assegurado diversos direitos. Quanto a estes direitos, assinale a alternativa incorreta:

- A. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- B. Direito de ser respeitado por seus educadores.
- C. Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, excluindo os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- D. Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

Questão 36: Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), analise as afirmativas abaixo.

- I. Segundo o artigo 53 A do ECA é correto afirmar que é parte das atribuições das instituições de ensino assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas.
- II. É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional, exceto quando houver a devida autorização dos pais ou do responsável legal. (Art. 143)
- III. É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos. (Art. 141)

Agora assinale a alternativa que contém resposta correta:

- a. Estão corretas as afirmativas I e II.
- b. Estão corretas as afirmativas I e III.
- c. Estão corretas as afirmativas II e III.
- d. Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 37: Quanto aos direitos constantes no artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) relativos à Educação, considere as seguintes afirmativas:

- I – é assegurado o acesso ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito, à todas as crianças e adolescentes.
- II - é assegurado o acesso ao atendimento educacional especializado a portadores de deficiência, preferencialmente ofertado em escolas especiais de ensino.
- III - é assegurado o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 4 (quatro) meses a 6 (seis) anos de idade.
- IV - é assegurado o atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.



Diante das afirmativas acima, assinale abaixo a alternativa que contém resposta correta:

- A. As afirmativas I, II e IV estão corretas.
- B. As afirmativas I, III e IV estão corretas.
- C. As afirmativas I e IV estão corretas
- D. Todas as afirmativas estão corretas.

Questão 38: Com relação às normas que o orientam o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, é incorreto afirmar:

- A. É proibido qualquer trabalho a menores de 14 (quatorze) anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- B. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto no ECA.
- C. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.
- D. Ao adolescente aprendiz, maior de 16 (dezesesseis) anos, não estão assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Questão 39: O Estatuto da Criança e do Adolescente determina aos diversos atores sociais atribuições dentro da rede de atendimento, conforme as seguintes funções.

- I. Segundo o artigo 201, inciso XII do ECA, o representante do _____ pode requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços médicos, hospitalares, educacionais e de assistência social, públicos ou privados, para o desempenho de suas atribuições.
- II. Segundo o artigo 201, § 4º do ECA, o representante do _____ será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo.
- III. Conforme o artigo 92, § 1º, o _____ tem seu papel equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.
- IV. Cabe ao _____ assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de

atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Com base no que está apontado no Estatuto e nas afirmativas acima indicadas, identifique a que ator cada lacuna das sentenças faz referência, assinalando a sequência correta:

- A. Ministério Público - Ministério Público - dirigente de entidade acolhedora - Conselho Tutelar
- B. Conselho Tutelar - Conselho Tutelar - dirigente de entidade acolhedora - Ministério Público
- C. Conselho Tutelar - Ministério Público - dirigente de entidade acolhedora - Ministério Público
- D. Conselho Tutelar - dirigente de entidade acolhedora - Ministério Público - Conselho Tutelar

Questão 40: Conforme o que é citado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e suas linhas de ação e diretrizes, marque com V o que for verdadeiro e com F o que for falso.

- () são políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes.
- () serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.
- () criação de Conselhos Municipais, estaduais e nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais.

Analisando as afirmativas acima, assinale a resposta que apresenta a sequência correta:

- A. F – F – V
- B. V – F – F
- C. V – F – V
- D. V – V – V